



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO - COTEP

ASSUNTO: Novo Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas.

**DESPACHO Nº 489 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, visando à contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone).

A contratação pretendida justifica-se diante do previsível esgotamento da contratação emergencial no PASEI: [0000606-63.2023.6.22.8000](#), o qual possui vigência até 14/07/2023 ([0998700](#)), bem como da opção pela não repetição do Pregão Eletrônico n. 2/2023 - fracassado - para contratação desse objeto ([1000328](#)). Além disso, a suspensão do fornecimento deste serviço poderá inviabilizar a concretização das atividades e missões institucionais deste Regional, visto tratarem-se de necessidades permanentes e prolongadas no tempo, típicas de serviços continuados.

Para instrução dos autos, carreu-se a solicitação de contratação ([0963279](#)); o estudo técnico preliminar para pregão eletrônico ([1003408](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1003361](#)); e o termo de referência ([1003796](#)), com o registro de terem sido realizados novos estudos e modulações da presente contratação com o objetivo de mitigar riscos e nova frustração de certame.

O valor estimado da contratação totaliza o montante de R\$ 385.206,99 (trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e seis reais e noventa e nove centavos), conforme item 4 do TR.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Após as diligências necessárias ([1003619](#)), a SAC concluiu que o TR, complementado pela pesquisa de preços e pelos demais elementos do processo, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002; art. 3º, inciso XI, do Decreto n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 ([1004476](#)).

Após as informações solicitadas pela SPOF, a unidade demandante explicitou os valores necessários para programação no exercício corrente e para a execução futura no exercício de 2024 vindo assim ao processo ([1005669](#), [1005676](#), [1005687](#) e [1005609](#)) os reforços às programações já existente nos autos ([0966193](#), [0966204](#), [0966210](#), [0966220](#)). Consta, ainda, informação de que as despesas pretendidas pela Administração estão adequadas e compatíveis orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC n. 101/2000, art. 16, inciso II, c/c o § 4º, I, do mesmo artigo).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu pela existência de autorização legal para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação pretendida. Ademais, opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela autorização da contratação pretendida por meio de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço para o único item do certame, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19; pela não aplicação de tratamento diferenciado destinado às ME/EPPs; pela divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto e a divulgação do percentual mínimo estimado do desconto. Destacou, ainda, que a minuta do contrato futuramente elaborada, receberá sua análise de conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com o edital de pregão eletrônico e seus demais anexos ([1005853](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da Informação Conclusiva do Valor Estimado; pela autorização de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; e pela divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto, bem como do percentual mínimo estimado do desconto, em busca da proposta mais vantajosa ([1006625](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inicialmente, registra-se que a presente contratação encontra-se formatada nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), o que é possibilitado pela redação dos art. 191 c/c 193, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, conferida pela Medida Provisória n. 1.167/2023. Leia-se:

"Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do **caput** do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

Art. 193. Revogam-se:

(...)

II - **em 30 de dezembro de 2023:** [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

a) a [Lei nº 8.666, de 1993](#); [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

b) a [Lei nº 10.520, de 2002](#); e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)"

Dessa forma, tem-se configurada a existência de autorização legal, pela redação do art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação, devendo, para tanto, realizar a publicação do edital do certame até 29/12/2023.

No caso em tela, os serviços pretendidos estão definidos e detalhados de forma objetiva por meio das especificações constantes no capítulo 2 do TR, indicando de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de serviço comum, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, em



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cumprimento ao art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019.

O edital de licitação deve estabelecer o tipo de licitação, o qual deverá se dar pelo menor preço, obtido por meio do maior desconto, para o único item existente, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos, para a qual deverá ser adotada o modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do parágrafo único do art. 31 c/c o art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019, conforme discriminado no item 6.1.1 do TR.

Com relação ao valor estimado da contratação, no item 5.1 do TR a unidade demandante considerou os valores do contrato vigente, a disponibilidade orçamentária para 2023, capacitações, reuniões de trabalho e outras previstas para execução das atividades do Tribunal; estimou o consumo de 161 (cento e sessenta e uma) passagens aéreas com o valor total estimado com um desconto mínimo de 0,36%, apresentando o valor estimado de R\$ 385.206,99 (trezentos e oitenta e cinco mil duzentos e seis reais e noventa e nove centavos). A pesquisa de mercado sistematizada no documento juntado ao evento n. 1003361, aponta que a média alcançada foi o percentual de desconto no patamar acima mencionado.

Quanto à sustentabilidade, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato, consoante subitem 3.5.5 do TR, em atenção às disposições da Resolução CNJ n. 400/2021.

No tocante ao regime de tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPS, considerando que o valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não terá aplicação o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's, na forma estabelecida pelo art. 49, inciso III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, inciso II, do Decreto n. 8.538/2015, como apontado no item 6.2.1 do TR.

Diante do exposto, com base nos documentos e nas informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal no exercício de 2023, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

I - autorizo a aplicação dos regimes jurídicos da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/2002, nos termos do art. 191 c/c 193, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, observando o prazo-limite para publicação do edital até a data de 29/12/2023;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - aprovo o ETP n. 2 - COTEP ([1003408](#)) e o Termo de Referência n. 10 ([1003796](#)), considerando que possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto n. 10.024/19;

III - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva de evento n. [1003361](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

IV - autorizo a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica, tipo menor preço, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19;

V - determino a utilização da disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do parágrafo único do art. 31 c/c o art. 32 do Decreto n. 10.024/2019;

VI - determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, com fulcro no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06;

VII - determino a aplicação dos critérios de sustentabilidade, consoante subitem 3.5 do TR; e

VIII - determino a divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto e do percentual mínimo estimado do desconto, nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto n. 10.024/2019.

Ademais, frisa-se que a minuta do contrato futuramente elaborada deverá receber sua análise de conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com a minuta de edital de pregão eletrônico e seus anexos, consoante item 49 do Parecer Jurídico n. 97 ([1005853](#)).

À SAOFC para prosseguimento dos procedimentos relativos à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 09/05/2023, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1006755** e o código CRC **61054A1A**.